



# Ambiente de quem? Fim da Natureza, mudança climática e pós-política<sup>1</sup>

*Whose environment? The end of nature, climate change and the process  
of post-politicization*  
*¿Medio ambiente de quién? Fin de la Naturaleza, cambio climático y pospolítica*

Erik Swyngedouw\*

## ABSTRACT

The paper explores how the elevation of the environmental question, in particular the problem of climate change, to a global and consensually established public concern is both a marker of and constituent force in the production of de-politicization. The paper has four parts. First, I problematize the question of Nature and the environment. Second, the case of climate change policy is presented as cause célèbre of de-politicization. The third part relates this argument to the views of political theorists who argue that the political constitution of western democracies is increasingly marked by the consolidation of post-political and post-democratic arrangements. Fourth, I discuss the climate change consensus in light of the post-political thesis. I conclude that the matter of the environment and climate change in particular, needs to be displaced onto the terrain of the properly political.

**Keywords:** climate change policy.

## RESUMO

O artigo explora como a eminência da questão ambiental, em particular o problema da mudança climática, a uma preocupação pública global e consensualmente estabelecida é tanto um marcador quanto uma força constituinte da produção da despolitização. O artigo tem

---

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X02305018>

Tradução recebida em 11 de fevereiro de 2021 e aceita para publicação em 10 de agosto de 2021.

<sup>1</sup> No original: Whose environment? The end of nature, climate change and the process of post-politicization. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. XIV, n. 2, p. 69-87, jul.-dez. 2011.

Tradução de Ana Cristina Augusto de Sousa - Pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública / Fundação Oswaldo Cruz e professora de História / Instituto Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ. E-mail: [anacris.sousa@ensp.fiocruz.br](mailto:anacris.sousa@ensp.fiocruz.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5288-2274>.

\* Professor de Geografia / Escola de Meio Ambiente e Desenvolvimento / Universidade de Manchester, Reino Unido. E-mail: [erik.swyngedouw@manchester.ac.uk](mailto:erik.swyngedouw@manchester.ac.uk).

quatro partes. Primeiro, eu problematizo a questão da Natureza e do meio ambiente. Segundo, a política de mudança climática é apresentada como caso célebre de despolitização. A terceira parte relaciona esse argumento com as visões de teóricos políticos que argumentam que a constituição política das democracias ocidentais é cada vez mais marcada pela consolidação de arranjos pós-políticos e pós-democráticos. Quarto, eu discuto o consenso da mudança climática à luz da tese pós-política. Concluo que a questão do meio ambiente e da mudança climática, em particular, precisa ser deslocada para o terreno do político propriamente dito.

**Palavras-chave:** política de mudança climática.

A ascensão dos “direitos da Natureza” é uma forma contemporânea do ópio para o povo. É uma religião apenas levemente camuflada... É uma gigantesca operação de despolitização dos sujeitos.

*Alain Badiou* (2008).

...E se, em algum momento nos próximos anos, nós percebermos, como em 1939, que a democracia tinha de ser temporariamente suspensa e tivéssemos que aceitar um regime disciplinado que via o Reino Unido como um porto seguro legítimo, mas limitado, para a civilização? A sobrevivência ordenada requer um grau incomum de compreensão humana e liderança e pode exigir, como na guerra, a suspensão do governo democrático durante a emergência da sobrevivência.

*James Lovelock* (2009).

## 1. Bem-vindo ao Antropoceno: celebrando o fim da Natureza

O químico atmosférico vencedor do Prêmio Nobel Paul Crutzen introduziu em 2000 o conceito do Antropoceno como o nome para o período geológico sucessor do Holoceno (CRUTZEN, 2000). O Holoceno começou há cerca de 12.000 anos e é caracterizado pelas condições climáticas e ambientais relativamente estáveis e temperadas que eram favoráveis ao desenvolvimento das sociedades humanas. Até recentemente, o desenvolvimento humano tinha relativamente pouco impacto na dinâmica do tempo geológico. Embora haja discordância sobre a data exata de nascimento do Antropoceno, é indiscutível que o

impacto da atividade humana no ambiente geoclimático tornou-se mais acentuado da Revolução Industrial em diante, levando a uma situação na qual os seres humanos agora são amplamente considerados um impacto ecogeológico crítico no sistema biofísico da Terra (CRUTZEN, 2000). O exemplo mais óbvio é o acúmulo de gases de efeito estufa como CO<sub>2</sub> e Metano (CH<sub>4</sub>) na atmosfera e as mudanças que isso induz na dinâmica climática. Outros são a crescente homogeneização da biodiversidade como resultado da migração de espécies induzida pelo homem, da extinção em massa e da perda da biodiversidade, a fabricação de novas (sub)espécies através de modificações genéticas, ou as consequências geodésicas resultantes, por exemplo, da construção de grandes barragens, da mineração e da mudança dos níveis do mar.

Nós não somos mais objetos da Natureza, tornamo-nos sujeitos no que Norgaard chama de coevolução dos sistemas socioecológicos (NORGAARD, 1994). Isso levanta a questão, é claro, da obrigação de considerar em que tipo de ambiente queremos viver, como produzi-lo e com quais consequências. Isso clama por uma nova modernidade que endosse plenamente as relações humanos/não humanos e assuma a responsabilidade por sua nutrição (LATOURE, 2008). Nós sabemos que a catástrofe ambiental já está aqui, que as mudanças geoclimáticas e outras transformações ambientais já são tantas que se tornaram hostis à continuação da vida em alguns lugares e para alguns seres humanos, e isso sem dúvida vai piorar à medida que a mudança antropogênica se acumula (WYNNE, 2010). A questão da “produção da Natureza” – expressão que pode ter soado quixotesca até alguns anos atrás – foi agora colocada firmemente na agenda (SMITH, 1984). A natureza como o quadro de condicionamento externo para a vida humana – uma externalização que permitiu que as ciências sociais e as humanidades deixassem condescendentemente a questão da Natureza para seus colegas de ciências naturais – chegou ao fim. O fim da Natureza e a inauguração de uma Natureza histórica sociofísica forçam uma profunda reconsideração e reescrita da questão da Natureza em termos políticos. A questão não é mais sobre trazer questões ambientais para o domínio da política, como tem sido o caso até agora, mas sim sobre como trazer a política para o meio ambiente.

O filósofo político Alain Badiou, em contraste, sugeriu que a crescente preocupação com a natureza e o meio ambiente deve ser pensada como uma forma contemporânea de ópio do povo (ZIZEK, 2008). Isso parece, à primeira vista, não apenas uma afirmação escandalosa, que confunde ecologia com religião em uma distorção perversa da declaração original de Marx, mas também que vai contra as evidências de que a política importa para o meio ambiente. No entanto, nessa contribuição, desejo levar a sério a declaração de Badiou e considerar como exatamente – na configuração atual – a elevação das preocupações ambientais ao *status* de causa humanitária global opera como “uma gigantesca operação de despolitização dos sujeitos”. Ulrich Beck concorda com isso:

Em nome de fatos indiscutíveis que retratam um futuro sombrio para a humanidade, a política verde conseguiu despolitizar paixões políticas ao ponto de deixar aos cidadãos nada além de

um ascetismo sombrio, um terror de violação da natureza e uma indiferença em relação à modernização da modernidade (BECK, 2010, p. 263).

Neste capítulo, explorarei a situação paradoxal pela qual o meio ambiente é politicamente mobilizado, embora essa preocupação política com o meio ambiente, da forma como é atualmente articulada, seja argumentada para suspender a própria dimensão política. Explorarei como a elevação do meio ambiente a uma preocupação pública é tanto um marcador da produção da despolitização, quanto uma força constituinte dela.

O capítulo tem quatro partes. Na primeira parte, eu problematizo a questão da Natureza e do meio ambiente. Eu argumento que não existe tal coisa como uma Natureza singular em torno da qual uma política ambiental ou climática e o futuro podem ser construídos e realizados. Em vez disso, há uma infinidade de naturezas e de relações socionaturais existentes, possíveis ou práticas – e a politização adequada do meio ambiente precisa endossar plenamente essa heterogeneidade. Em uma segunda parte, a política de mudança climática será apresentada como um caso famoso de despolitização. Eu argumento como as questões climáticas foram trazidas para o domínio da política, mas articuladas em torno de um determinado imaginário e uma imaginação do que seria um clima “bom” ou um ambiente “bom”, enquanto o político foi sistematicamente removido do terreno do – agora antropocênico – ambiente. A terceira parte irá relacionar este argumento às visões dos teóricos políticos que propuseram que a constituição política das democracias ocidentais contemporâneas está cada vez mais marcada pela consolidação de arranjos pós-políticos e pós-democráticos. Na quarta seção, eu discuto o consenso da mudança climática à luz da tese pós-política. Concluirei que a questão do meio ambiente em geral e as mudanças climáticas, em particular, precisam ser movidas para o terreno da política propriamente dita.

## 2. A morte da Natureza: naturezas emergentes

A morte ou o fim da Natureza foi anunciado muitas vezes<sup>2</sup>. O proclamado fim da Natureza não implica, naturalmente, uma desmaterialização da vida humana, o apogeu da busca do “homem moderno” de romper os laços que o ligam à Natureza. Pelo contrário, humanos e não humanos estão cada vez mais envolvidos através de uma infinidade de interações e processos transformativos (LATOURETTE, 1993). A morte da Natureza sinaliza mais o desaparecimento de determinadas imaginações da Natureza do conjunto de interpretações que assumiam a Natureza como singular, externa e interna aos seres humanos e à vida humana.

Em *Ecologia sem natureza*, Timothy Morton chama a Natureza de “um termo transcendental em uma máscara material [que] está no final de uma série potencialmente infinita

<sup>2</sup> Ver, entre outros, McKibben (1989), Wapner (2010), Giddens (1991) e Merchant (1980).

de outros termos que colapsam nela” (MORTON, 2007, p. 14). Ele distingue entre pelo menos três lugares ou sentidos interrelacionados de Natureza em nosso universo simbólico. Primeiro, como significante flutuante, o “conteúdo” da Natureza é expresso por meio de uma gama de termos diversos que colapsam todos em nome da Natureza: DNA, elefantes, água mineral, Andes, fome, batimentos cardíacos, mercados, desejo, lucros, CO<sub>2</sub>, ganância, concorrência... Tais listas metonímicas, embora ofereçam um certo sentido instável, são inerentemente escorregadias e demonstram uma teimosa recusa de fixar o sentido de forma consistente e duradoura. Slavoj Žižek caminha no mesmo sentido quando declara que “a natureza não existe!” (ŽIZEK, 1992; 2002). Sua perspectiva lacaniana insiste na diferença “entre [uma] série de significantes comuns e o elemento central que tem que permanecer vazio para servir como princípio organizador subjacente da série” (ŽIZEK, 2000, p. 52). A Natureza constitui exatamente esse elemento central (vazio ou flutuante), cujo sentido só pode ser percebido relacionando-o com outros significantes mais diretamente reconhecíveis. A natureza se torna uma trama de sentidos – como uma colcha, uma montagem simbólica – fixados por pontos de ancoragem (“pontos capitonês”). Por exemplo, “biodiversidade”, “ecocidades”, “CO<sub>2</sub>” ou “mudança climática” podem ser pensados como pontos de ancoragem através dos quais uma certa matriz de sentidos de Natureza é articulada. Esses pontos-capitonê são mais do que meros pontos de ancoragem; eles se referem a algo que vai mais além<sup>3</sup>, a um certo prazer que se estrutura numa fantasia (nesse caso, o desejo de uma ordem ambientalmente equilibrada e socialmente harmoniosa)<sup>4</sup>. Em outras palavras, há sempre um restante ou excesso que escapa à simbolização.

Em segundo lugar, argumenta Morton, a Natureza tem “a força da lei, uma norma contra a qual o desvio é medido” (MORTON, 2007, p. 14), por exemplo: quando a Natureza é convocada para normalizar a heterossexualidade e pensar o *queer* como desviante e anti-natural ou ver a competição entre humanos como natural e o altruísmo como um produto da “cultura” (ou vice-versa), ou quando uma determinada condição climática é normativamente postulada como ideal. O poder normativo inscrito na Natureza é invocado como um princípio organizador que é transcendental e universal, supostamente residindo fora do mandato atribuído a humanos e não humanos, mas que exerce um efeito performático inescapável e deixa uma impressão não alienável. Trata-se de uma visão que vê a Natureza como algo dado, como uma base sólida fundacional (ou ontológica) a partir da qual atuamos e que pode ser invocada para fornecer uma âncora para julgamentos éticos ou normativos de procedimentos e práticas ecológicas, sociais, culturais, políticas ou econômicas. Considere, por exemplo, como a visão de um clima estável é alçada a “bem comum”, tanto pelo parlamento britânico quanto pela UNHCHR: “A entrega de um clima estável, como um bem

<sup>3</sup> Nota da Tradução: “mais além”: aquilo que excede, que ainda não foi simbolizado.

<sup>4</sup> Essa perspectiva semiológica particular baseia-se na leitura de Slavoj Žižek das interpretações psicanalíticas de Jacques Lacan do Imaginário, do Real e do Simbólico. Ver Žižek (1989), Lacan (1993) e Lacan (1997).

comum essencial, é uma segurança imediata, uma prosperidade e um imperativo moral, e não simplesmente um desafio ambiental de longo prazo”<sup>5</sup>.

E, em terceiro lugar, a idéia de Natureza abriga uma pluralidade de fantasias e desejos como, por exemplo, o sonho de uma natureza sustentável, de um clima equilibrado, o desejo de fazer amor em uma praia sob o pôr-do-sol, o medo da vingança da Natureza se continuarmos lançando CO<sub>2</sub> na atmosfera. A Natureza é aqui invocada como o substituto de outros anseios e paixões, muitas vezes reprimidos ou invisíveis – o objeto pequeno laciano em torno do qual moldamos nossos impulsos e que encobre a falta de terreno sobre o qual basear a nossa subjetividade (ZIZEK, 1999). É o tipo de fantasia exibida nos apelos à recuperação da verdadeira harmonia humana (original, mas que se presume perdida hoje em dia), pela adaptação do mundo ao equilíbrio ecológico, e na saudade de uma Natureza que funcione como o grande “Outro”, aquele que sugere o caminho de redenção dos nossos problemas. Aqui, a Natureza é invocada como o terreno “externo” que, se cuidada de forma adequada, promete uma vida verdadeiramente harmoniosa<sup>6</sup>, mas também da qual emana, caso seja perturbada, a ameaça de um desastre.

Em suma, esses três usos da Natureza implicam simultaneamente uma tentativa de fixar o seu sentido instável, enquanto são apresentados como um “Outro” fetichizado que reflete ou, pelo menos, funciona como o sintoma através do qual os nossos medos e anseios mais profundos deslocados são expressos. Como tal, o conceito de Natureza torna-se ideologia por excelência e funciona ideologicamente, e com isso quero dizer que ele impede o pensamento, desautoriza o incerto inerente ao conceito e ignora as multiplicidades, inconsistências e incoerências inscritas em sua simbolização (MORTON, 2007, p. 24). Para Slavoj Zizek, qualquer tentativa de juntar o sentido de significantes vazios é um gesto decididamente político. A não aceitação ou a recusa em reconhecer o caráter político de tais gestos, as tentativas de universalizar e unir os sentidos situados e posicionados, inscritos metonimicamente na Natureza, levam a formas perversas de despolitização, que tornam a Natureza politicamente muda e socialmente neutra (SWYNGEDOUW, 2007). A recusa da essência vazia da Natureza pela colonização do seu sentido, pelo preenchimento do vazio com a inserção de sentidos que são posteriormente generalizados e homogeneizados, é o ato por excelência da despolitização, de colocar a Natureza fora do campo do político, da disputa pública, da contestação e da discordância. Além disso, tais simbolizações da Natureza desautorizam o Real da natureza e a representação heterogênea, imprevisível, ocasionalmente catastrófica, de processos socioecológicos que marcam o Antropoceno. São essas naturezas não simbolizadas que assombram numa atuação excessiva: secas, furacões, tsunamis, derramamentos de óleo, DNA recombinante, enchentes, doenças glo-

<sup>5</sup> Ver: [http://www2.ohchr.org/english/issues/climatechange/docs/UK-annex\\_report2007.pdf](http://www2.ohchr.org/english/issues/climatechange/docs/UK-annex_report2007.pdf). Acesso em: 1º de agosto de 2010; e <http://www.publications.parliament.uk/pa/cm200607/cmselect/cmenvaud/740/7070306.htm>. Acesso em: 2010. Também citado em Hulme (2010, p. 270) e Swyngedouw (2011, p. 86).

<sup>6</sup> Ver Stavrakakis (1997).



bais, derretimento das calotas polares são alguns dos marcadores que mais evocam tais processos socionaturais.

Bruno Latour, embora de uma perspectiva bastante diferente, também propõe abandonar o conceito de Natureza e sugere, em vez disso, considerar o mundo como constituído de quase-objetos socionaturais. Para Latour, não há nem a Natureza nem a Sociedade (nem a Cultura) fora das práticas culturais e discursivas que produziram essa formulação binária (LATOURE, 1993). Para ele, os imbróglis das coisas humanas e não humanas que proliferam no mundo consistem na multiplicação contínua de híbridos natureza-cultura que se encontram entre os polos da natureza e da cultura (LATOURE, 2005). Pense, por exemplo, em gases de efeito estufa, Dolly, a ovelha clonada, barragens, plataformas de petróleo ou ondas eletromagnéticas. Eles são simultaneamente sociais/culturais e naturais/físicos e a sua coerência, ou seja, a sua relativa sustentabilidade espacial e temporal baseia-se em redes montadas de relações humanas e não humanas (SWYNGEDOUW, 2006). A Natureza é sempre social (JANKOVIC, 2000). Essa perspectiva rejeita também a limitação do conceito de Natureza e sugere em seu lugar considerar a heterogeneidade infinita dos procedimentos de montagem/desmontagem/remontagem das redes rizomáticas através das quais coisas, corpos, naturezas e culturas se enredam e através das quais os quase-objetos relativamente estáveis entram em campo (CASTREE, 2003; BRAUN, 2006). Esse gesto também tenta repolitizar o “meio ambiente”, ao permitir que quase-objetos sejam encaixados no arranjo público das preocupações políticas.

Grandes cientistas naturais ecoam essas perspectivas críticas da teoria social. Os biólogos de Harvard Levins e Lewontin, por exemplo, argumentam também que a Natureza foi preenchida por cientistas com um conjunto particular de sentidos universalizantes que, em última análise, despolitizam a Natureza e facilitam mobilizações particulares dessa Natureza “cientificamente” construída (LEVINS; LEWONTIN, 1985; LEWONTIN; LEVINS, 2007). Em contraste, insistem que o mundo biológico é inerentemente relacional, constituído por formas contingentes, historicamente produzidas e infinitamente variáveis, nas quais cada parte, humana ou não humana, orgânica ou não orgânica, está intrinsecamente amarrada a relações mais amplas que compõem o todo<sup>7</sup>. Levins e Lewontin abominam uma visão simplista, reducionista, teleológica e, em última instância, homogeneizadora da Natureza. Concordam com a visão de que uma Natureza singular não existe, de que não existe um estado natural transcendental trans-histórico e transgeográfico das coisas, das condições ou das relações, mas sim uma gama de diferentes naturezas históricas, relações e ambientes sujeitos a mudanças e transformações contínuas, ocasionalmente dramáticas ou catastróficas, raramente, quando nunca, previsíveis. Eles evitam expressões como “é da Natureza das

<sup>7</sup> Claro, o pensamento geofilosófico de Deleuze e Guattari articula-se de maneiras importantes com a teoria da complexidade e gerou uma literatura estimulante, embora ocasionalmente desconcertante, que leva a sério a relacionalidade, a indeterminação e as heterogeneidades radicais das naturezas – veja, entre outros, Deleuze e Guattari (1994), Conley (1996) e Herzogenrath (2008).

coisas” para explicar comportamentos ecológicos ou humanos ou uma condição. Tanto os indivíduos quanto seus ambientes são coproduzidos e coevoluem em modos historicamente contingentes, altamente diversificados, localmente específicos e muitas vezes não totalmente responsáveis<sup>8</sup>. Para Levins e Lewontin, portanto, nenhuma reivindicação universal ou fundamental pode ser feita sobre o que a Natureza é, o que ela deveria ser ou para onde ela deveria ir. Essa também é a visão do falecido biólogo evolucionário Stephen Jay Gould, que via a evolução não como um processo gradual, mas sim truncado, pontuado, ocasionalmente catastrófico e revolucionário e, acima de tudo, totalmente contingente (GOULD, 1980). Não há segurança na Natureza. A Natureza é imprevisível, errática, movendo-se de forma espasmódica e cega. Não há na Natureza garantia final sobre a qual basear a nossa política ou o social, sobre a qual espelhar nossos sonhos, esperanças ou aspirações.

Em suma, e em particular como resultado da crescente consciência global da “crise ambiental”, a inadequação de nossas representações simbólicas da Natureza torna-se mais aguda conforme o Real da natureza, na forma de uma ampla variedade de ameaças ecológicas (aquecimento global, novas doenças, perda da biodiversidade, esgotamento de recursos, poluição), invade e inquieta os entendimentos de Natureza por nós recebidos, forçando uma transformação das cadeias significadoras que tentam fornecer “conteúdo” para a Natureza, ao mesmo tempo em que expõem a impossibilidade de captura total do Real das naturezas (ZIZEK, 2008). O ponto do argumento acima é que as naturezas que vemos e com as quais trabalhamos são necessariamente e radicalmente imaginadas, roteirizadas e simbolicamente carregadas como Natureza. Essas inscrições são sempre inadequadas, deixam uma lacuna, um excesso ou um resto, mantendo uma certa distância das naturezas coproduzidas que estão lá, que são complexas, caóticas, frequentemente imprevisíveis, radicalmente contingentes, histórica e geograficamente variáveis, arriscadas, padronizadas de formas infinitamente complexas, ordenadas ao longo de “estranhos” atratores<sup>9</sup>. Em outras palavras, não há Natureza lá fora que precise ou exija salvação em nome da própria Natureza ou de uma Humanidade genérica. Não há nada de fundamental na Natureza que precise, exija ou requeira sustentação. O debate e as controvérsias sobre a Natureza e o que fazem com ela, em contraste, sinalizam sim a nossa inabilidade política de se engajar em discussões e estratégias diretamente políticas e sociais sobre a reorganização das coordenadas socioecológicas da vida cotidiana, a produção de novas configurações socionaturais e os arranjos da organização sociometabólica (geralmente chamada capitalismo) na qual habitamos. Na próxima seção, nós exemplificaremos e aprofundaremos ainda mais esta análise, olhando para as políticas e os argumentos sobre mudanças climáticas como gestos despolitizantes, baseados em uma preocupação crescente com uma Natureza que parece se desequilibrar.

<sup>8</sup> Ver, também, Harvey (1996).

<sup>9</sup> Ver, por exemplo, Prigogine e Stengers (1985).



### 3. O clima como objeto causa do desejo

“Se não fizermos nada, as consequências para cada pessoa nesta terra serão severas e sem precedentes – com um grande número de refugiados ambientais, instabilidade social e economias dizimadas: muito pior do que qualquer coisa que estamos vendo hoje”<sup>10</sup>.

Independentemente das visões particulares da Natureza de diferentes indivíduos e grupos sociais, um consenso sobre a gravidade da condição ambiental e a precariedade de nossa situação socioecológica surgiu (SWYNGEDOUW, 2009). Os sucessivos relatórios do IPCC e o evangélico *Uma verdade inconveniente*, de Al Gore, conquistaram ambos o Prêmio Nobel da Paz, certamente uma das ilustrações mais reveladoras de como as questões climáticas se tornaram uma causa humanitária global<sup>11</sup>. Há um consenso praticamente incontestável sobre a necessidade de ser mais sustentável “ambientalmente” para evitar o desastre; uma sustentabilidade climática que se concentra em reduzir e estabilizar o conteúdo de CO<sub>2</sub> na atmosfera (BOYKOFF, 2009). Nesse consenso, os problemas ambientais são geralmente apresentados como ameaças universais à sobrevivência da humanidade e sustentados pelo que Mike Davis chamou de “ecologias do medo” (DAVIS, 1999), por um lado, e de gestos populistas, de outro. A matriz discursiva através da qual o sentido contemporâneo da condição ambiental é construído invoca medo e perigo e o espectro da aniquilação ecológica ou de condições socioecológicas muito graves para as pessoas em um futuro próximo. O “Medo” é, de fato, o elemento central através do qual grande parte das narrativas ambientais atuais e outras narrativas biopolíticas são realizadas<sup>12</sup>. Este cultivo das “ecologias do medo”, por sua vez, é sustentado por um conjunto particular de imaginações fantasmagóricas, muitas vezes apocalípticas do mundo (KATZ, 1995), como por exemplo um mundo com escassez endêmica de recursos, devastado por furacões cuja intensidade é amplificada pela mudança climática, as imagens de terras arrasadas pela alteração do regime geopluvial e da variabilidade espacial de secas e inundações, os *icebergs* que se desintegram ao redor dos polos e fazem o nível do mar subir, as diminuições alarmantes na biodiversidade, as devastações causadas por incêndios florestais, os tsunamis, as doenças contagiosas como SARS, Gripe Aviária, ou HIV. Esse imaginário de uma Natureza fora de sincronia, desestabilizada, ameaçadora e fora de controle é acompanhado por imagens igualmente perturbadoras de uma sociedade que continua acumulando lixo, jogando CO<sub>2</sub> na atmosfera, desmatando florestas etc. Parece até que temos um fascínio insaciável por tais cenários distópicos (SWYNGEDOUW, 2010). Nossa situação ecológica é ligada por uma série de gestos performativos que sinalizam um perigo assustador, alu-

<sup>10</sup> Discurso no Jantar de Estado em Santiago, Chile, 9 mar. 2009. Disponível em: [http://www.princeof-wales.gov.uk/newsandgallery/news/hrh\\_warns\\_of\\_the\\_urgent\\_need\\_to\\_protect\\_the\\_environment\\_at\\_a\\_1876977673.html](http://www.princeof-wales.gov.uk/newsandgallery/news/hrh_warns_of_the_urgent_need_to_protect_the_environment_at_a_1876977673.html). Acesso em 5 ago. 2010.

<sup>11</sup> Ver, também, Giddens (2009).

<sup>12</sup> Ver Badiou (2008).

cinante, que ameaça minar as próprias coordenadas de nossas vidas e rotinas cotidianas, que pode abalar as bases de tudo o que temos como certo.

A atratividade de um imaginário tão apocalíptico está relacionada a uma série de características. No nível simbólico, os imaginários apocalípticos são extraordinariamente poderosos para desautorizar ou deslocar conflitos sociais e antagonismos. Como tal, a imaginação apocalíptica impede um enquadramento político adequado. Em outras palavras, a apresentação da mudança climática como uma causa humanitária global produz um imaginário completamente despolitizado, que não gira em torno da escolha de uma trajetória e não de outra, que não é articulado com programas políticos específicos ou projetos socioecológicos. Esse tipo de mobilização sem problematização política foi o que levou Alain Badiou a afirmar que “a ecologia é o novo ópio para as massas”, pelo qual a nutrição da promessa de um clima mais benigno e adaptado esgota o horizonte das nossas aspirações e imaginações. Temos que garantir as transformações tecnogerenciais e comportamentais radicais, organizadas nos horizontes de uma ordem liberal-capitalista incontestável, para readequar o clima. As transformações propostas muitas vezes tomam um rumo distópico distinto quando o espectro malthusiano da superpopulação se mistura com preocupações com o clima, e no qual os recém-nascidos são identificados, perversamente, como principais culpados da mudança climática galopante e do esgotamento dos recursos, visão essa apoiada por pensadores brilhantes como Sir David Attenborough (OM CH CVO CBE), Dr. Jane Goodall (DBE), Dr. James Lovelock (CBE) e Sir Crispin Tickell (GCMG KCVO), entre outros<sup>13</sup>. Em outras palavras, o consenso ecológico tecnogerencial sustenta que nós temos que mudar radicalmente dentro dos atuais contornos da situação existente – “a partilha do sensível”, nas palavras de Rancière (RANCIÈRE, 1998) – para que assim nada realmente tenha que mudar!

A negatividade da desintegração climática encontra a sua imposição positiva na invocação fetichista do CO<sub>2</sub> como a “coisa” em torno da qual nossos sonhos ambientais, aspirações e políticas se cristalizam. O “*ponto de ancoragem*” para a problemática da mudança climática é o CO<sub>2</sub>, o *objeto pequeno “a”* que expressa simultaneamente os nossos medos mais profundos e em torno do qual o desejo de mudança por um mundo socioclimático melhor é fabricado<sup>14</sup>, mas que simultaneamente desautoriza mudanças radicais nas coordenadas sociopolíticas que moldam o Antropoceno. A rejeição fetichista das relações múltiplas e complexas nas quais as mudanças ambientais se desenvolvem levam a um duplo reducionismo a este componente socioquímico específico (CO<sub>2</sub>). A reificação de processos complexos

<sup>13</sup> Ver: [www.optimumpopulation.org](http://www.optimumpopulation.org). Acesso em: 2 ago. 2010; ver, também, Baeten (2009).

<sup>14</sup> “O objeto ‘a’ não é o que desejamos, o que buscamos, mas sim o que põe em movimento o nosso desejo, a moldura formal que confere consistência ao nosso desejo. O desejo é naturalmente metonímico, ele muda de um objeto para outro; apesar de todos os seus deslocamentos, o desejo retém um mínimo de consistência formal, um conjunto de características fantasmáticas que, quando encontradas em um objeto positivo, garantem que viremos a desejar esse objeto. O objeto a, como causa do desejo, nada mais é do que este quadro formal de consistência” (ZIZEK, 1997, p. 39). Ver, também, Stavrakakis (2000, p. 100-118).

a um *objeto causa* parecido com uma coisa na forma de um composto socioquímico em torno do qual nosso desejo ambiental se cristaliza é, de fato, ainda mais marcada com uma função e sentido social particular através de sua inscrição como mercadoria nos processos de circulação de capitais e troca de mercado (BUMPUS; LIVERMAN, 2008; LIVERMAN, 2009). O procedimento de precificação do CO<sub>2</sub> reduz as extraordinárias heterogeneidades e complexidades socioespaciais do CO<sub>2</sub> “natural” a um singular universal, obscurecendo – na visão de Marx sobre o fetichismo da mercadoria – que uma mercadoria é “uma **coisa muito estranha, repleta de sutilezas metafísicas e delicadezas teológicas**” (MARX, 2004, p. 162). A comodificação do CO<sub>2</sub> – principalmente via protocolo de Quioto e vários esquemas de compensação – desencadeou o rápido crescimento de um mercado de derivativos de opções futuras (LOHMANN, 2010). No mercado climático europeu, por exemplo, o comércio de opções (e mercadorias) futuras de CO<sub>2</sub> subiu de zero em 2005 para mais de 3 bilhões de toneladas em junho de 2010; 585.296 contratos foram negociados durante esse mês, com preços oscilando de mais de 30 euros a menos de 10 euro por tonelada nesse período<sup>15</sup>. A inscrição do CO<sub>2</sub> como mercadoria (e ativos financeirizados) depende de sua inserção em um complexo regime de governança organizado em torno de um conjunto de tecnologias gerenciais e institucionais que giram em torno de cálculo de risco, autoavaliação, negociação e intermediação de juros, regras de contabilidade e disciplina contábil, quantificação detalhada e avaliação comparada de desempenho. Esse regime é politicamente ditado e instituído pelo protocolo de Quioto (apenas marginalmente alterado pelo desastre de Copenhague) e relacionado a configurações institucionais extraordinariamente complexas. O *script* dos imaginários, argumentos e políticas de mudanças climáticas do consenso ambiental reflete um processo particular de despolitização, que é definido por Slavoj Zizek e outros como pós-político e instituído no que Colin Crouch ou Jacques Rancière denominam “pós-democracia”.

#### 4. Ambientes pós-políticos e pós-democráticos

Slavoj Zizek e Chantal Mouffe definem o pós-político como uma formação política que, na verdade, encerra a política (ZIZEK, 1999; ZIZEK, 2006; MOUFFE, 2005). A pós-política rejeita divisões ideológicas e a universalização explícita de demandas políticas particulares. A pós-política reduz o terreno político ao governo por consenso e às políticas públicas, centrados na administração técnica, gerencial e consensual (regulação/vigilância) dos domínios ambiental, social, econômico ou de outros domínios, e eles permanecem, é claro, completamente dentro do domínio do possível, isto é, das relações sociais existentes. “O último sinal da pós-política em todos os países ocidentais”, argumenta Zizek, “é o

<sup>15</sup> Ver: [www.ecx.eu](http://www.ecx.eu). Acesso em: 2 ago. 2010.

crescimento de uma abordagem gerencial do governo: o governo é reconcebido como uma função gerencial, privado de sua própria dimensão política” (ZIZEK, 2002, p. 303). Os tempos de consenso em que vivemos atualmente eliminaram um verdadeiro espaço político de discordância. Sob uma condição pós-política, “tudo é politizado, pode ser discutido, mas apenas de uma forma não comprometida e como um não conflito. Escolhas absolutas e irreversíveis são mantidas afastadas; a política torna-se algo que se pode fazer sem tomar decisões que dividem e separam” (DIKEN; LAUSTSEN, 2004). Dificuldades e problemas, tais como reordenar o clima ou remodelar o ambiente, que são geralmente colocados e aceitos como problemáticos, precisam ser tratados através de compromissos, arranjos gerenciais e técnicos, e produção de consenso. A principal característica do consenso é “a anulação do dissenso... o ‘fim da política’” (RANCIÈRE, 2001, p. 32; SWYNGEDOUW, 2009).

A governança climática e o manejo das preocupações ambientais estão entre as principais arenas pelas quais esse consenso pós-político é construído, quando “a política propriamente dita é progressivamente substituída por uma administração social especializada” (ZIZEK, 2005, p. 117). O consenso ambiental pós-político, portanto, é um consenso radicalmente reacionário, que obstrui a articulação do divergente, do conflitante, e trajetórias alternativas de possibilidades ambientais e coletividades futuras. Não há contestação sobre a situação dada, sobre a partilha do sensível; há apenas debate sobre as tecnologias de gestão, o *timing* da sua implementação, os arranjos de fiscalização e os interesses daqueles cuja posição já é sabida, cuja voz é reconhecida como legítima. Nessa era pós-política, a política adversária (da esquerda/direita ou de lutas radicalmente divergentes sobre diferentes futuros socioambientais, por exemplo) são consideradas irremediavelmente ultrapassadas. Embora a discordância e o debate ainda sejam, naturalmente, possíveis, eles operam dentro de um modelo global de acordo e consenso da elite (CROUCH, 2004), subordinado a um regime gerencial-tecnocrático<sup>16</sup>. A discordância é permitida, mas apenas no que diz respeito à escolha das tecnologias, ao mix de correções organizacionais, ao detalhamento dos ajustes gerenciais e à urgência do *timing* e de sua implementação; não no que diz respeito ao enquadramento sociopolítico da natureza do presente e do futuro.

Nesse sentido, a política ambiental e outras são reduzidas à esfera da vigilância, ao domínio do governo e da regulação/fiscalização por meio de procedimentos deliberativos supostamente participativos, dentro de uma determinada distribuição hierárquica de locais e funções. A formulação de políticas de consenso nas quais as partes interessadas (ou seja, aquelas com discurso reconhecido) são conhecidas de antemão e onde a ruptura ou dissidência é reduzida a debates sobre as modalidades institucionais de governo, ao cálculo contábil de risco e às tecnologias de administração ou gestão especializada anuncia o fim da política, anula o dissenso dos espaços consultivos de formulação de políticas e esvazia a política propriamente dita da esfera pública.

<sup>16</sup> Ver, também, Jörke (2005, p. 482-491) e Blühdorn (2006, p. 72-83).

## 5. Mudança climática como consenso

O argumento sobre a mudança climática é um dos domínios através do qual o consenso pós-político é forjado; que deslegitima a dissidência e evita discordâncias polêmicas sobre reais futuros socioecológicos alternativos. O dilema da mudança climática não é apenas retratado como global, mas como uma ameaça humanitária universal. Somos todos vítimas em potencial. “O” Ambiente e “O” povo, a Humanidade como um todo, de forma material e filosófica, são invocados e chamados à existência. No entanto, “o povo” aqui não é constituído como sujeito político heterogêneo, mas como vítima universal, sofrendo por processos fora do seu controle. Como tal, o argumento atravessa as idiosincrasias das “naturezas” humanas e não humanas muitas vezes antagônicas e suas manifestações específicas, silencia diferenças ideológicas e sociais constitutivas e deslegitima conflitos democráticos sobre diferentes configurações socioecológicas possíveis, pela fabricação de uma ameaça comum à Natureza e à Humanidade<sup>17</sup>.

A dicotomia natureza-sociedade e o poder da Natureza de descarrilar civilizações são reforçados. É esse processo que Neil Smith se refere como “lavagem da natureza”:

A lavagem da natureza é um processo pelo qual as transformações sociais da natureza são bem reconhecidas, mas na qual essa natureza mudada socialmente se torna uma nova super determinante do nosso destino social. Pode bem ser culpa da sociedade mudar a natureza, mas é o poder da natureza mudada que traz o apocalipse. O poder causal da natureza não é afetado, parecendo até ser aumentado pelas injeções sociais nessa natureza (SMITH, 2008, p. 245).

Embora o processo parcial antropogênico do acúmulo de gases de efeito estufa seja prontamente reconhecido, os problemas ecológicos relacionados são externalizados, assim como as soluções. O CO<sub>2</sub> torna-se o substituto fetichizado para a totalidade das calamidades das mudanças climáticas e, portanto, basta reverter o acúmulo de CO<sub>2</sub> atmosférico para um ponto idealizado negociado na história, para retornar ao *status quo* climático de antes. Está em andamento um extraordinário aparato técnico gerencial, que vai de novas tecnologias ecológicas<sup>18</sup> de diversos tipos até complexas configurações gerenciais e institucionais indisciplinadas, a fim de produzir uma correção socioecológica que garanta que nada realmente mude. Estabilizar o clima parece ser uma condição para a vida, como a conhecemos, continuar.

O discurso de consenso “desloca o antagonismo social e constrói o inimigo... o inimigo é externalizado ou reificado em uma entidade ontológica positiva [CO<sub>2</sub> excessivo] (mesmo que essa entidade seja um fantasma) cuja aniquilação restauraria o equilíbrio e a justiça”

<sup>17</sup> Ver Hulme (2008, p. 5-11).

<sup>18</sup> Algumas dessas tecnossoluções ecoclimáticas são de dimensões verdadeiramente hercúleas. Ver: Royal Society (2009). Ver, também, Szerszynski (2010, p. 9-30).

(ZIZEK, 2006, p. 172). O inimigo é concebido como um “Intruso” que *corrompeu* o sistema. O CO<sub>2</sub> é aqui o exemplo clássico de um inimigo fetichizado e externalizado com o qual é preciso lidar. Os problemas, portanto, não são o resultado do “sistema”, das relações de poder distribuídas de forma desigual, das redes de controle e influência, das injustiças desenfreadas ou de uma falha fatal inscrita no sistema, mas são culpa de um forasteiro (ZIZEK, 2006, p. 172). É por isso que a solução pode ser encontrada no enfrentamento do fenômeno ‘patológico’, cuja resolução reside no próprio sistema em si. O “inimigo” permanece sem conteúdo ou vazio socialmente e homogeneizado; é uma mera coisa, não incorporada socialmente, nomeada e contada. Enquanto uma política adequada ratificaria a visão de que “o CO<sub>2</sub> como crise” figura como o sintoma patológico do normal, que expressa os excessos inscritos no funcionamento mais do que normal do sistema, a arquitetura política dominante em torno da mudança climática insiste que essa situação é excessiva ao sistema, enquanto medidas preventivas são mobilizadas dentro da própria dinâmica e lógica internas do sistema que produziu o problema em primeiro lugar (privatização, commodificação e comércio de CO<sub>2</sub> muitas vezes fictício).

O consenso climático é invocado em “Nome do Povo”, mas apoiado por uma tecnocracia científica supostamente neutra, e defende uma relação direta entre as pessoas e a participação política. Presume-se que isso levará a uma boa, se não ideal, solução. A arquitetura do governo por consenso toma forma de participação das partes interessadas ou formas de governança participativa que operam além do Estado e permitem uma forma de autogestão, auto-organização e autodisciplina controlada<sup>19</sup>, sob a égide de uma ordem liberal-capitalista incontestável. Tais táticas de consenso não identificam um sujeito privilegiado de mudança (como o proletariado para marxistas, mulheres para feministas ou a “classe criativa” para o capitalismo competitivo), mas, em vez disso, invocam uma condição ou situação comum, a necessidade de ação comum, colaboração multi-escalar e cooperação de toda humanidade. Não há tensões sociais internas ou conflitos geradores internos. É exatamente essa divisão constitutiva do povo, o reconhecimento de desejos sociais, políticos ou ecológicos radicalmente diferentes e muitas vezes opostos, que chama pela política democrática propriamente dita.

O problema ecológico não convida a uma transformação da ordem socioecológica existente, mas apela às elites que ajam de forma tal que nada realmente tenha que mudar, para que a vida possa basicamente continuar como antes. Nesse sentido, o consenso climático é inerentemente reacionário, uma estrutura de apoio ideológico para garantir o *status quo* sociopolítico. É inerentemente não político e não partidário. Uma “revolução passiva” gramsciana ocorreu nos últimos anos, na qual as elites não só reconheceram o desafio climático e, assim, responderam ao chamado do “povo” para levar o clima a sério, como estão se movendo rapidamente para convencer o mundo de que, de fato, o capitalismo pode não

<sup>19</sup> Ver: Dean (1999), Swyngedouw (2005, p. 1-16) e Lemke (1999, p. 190-207).



apenas resolver o enigma climático: ele pode fazer um novo clima ao desfazer aquele que ele próprio coproduziu ao longo das últimas centenas de anos.

A governança climática pós-política não resolve problemas; estes são apenas movidos. Considere, por exemplo, o argumento atual sobre como a opção nuclear é novamente retratada como uma opção possível e realista para garantir um futuro energético sustentável e como uma alternativa para lidar tanto com as emissões de CO<sub>2</sub> quanto com o “pico do petróleo”. A redenção do nosso atoleiro de CO<sub>2</sub> encontra-se na substituição da excessiva presença socioecológica de CO<sub>2</sub> por outro imbróglio socionatural, U235/238, e a produção inevitável de todos os tipos de elementos transurânicos socionaturais coproduzidos. A “correção” nuclear é agora cada vez mais apresentada (e será, sem dúvida, implementada) como um dos possíveis remédios para salvar o clima e o capital. Isso dificilmente desperta paixões para uma sociedade melhor e ecologicamente sã.

De forma ainda mais problemática, nenhum nome próprio é atribuído a uma política pós-política de consenso. O populismo pós-político está associado a uma política de não nomear no sentido de dar um nome definitivo ou adequado ao seu domínio ou campo de ação. Apenas conceitos vagos como “política de mudança climática”, “política de biodiversidade” ou uma vazia “política sustentável” substituem os nomes próprios da política. Esses nomes próprios, de acordo com Jacques Rancière (RANCIÈRE, 1995; BADIOU, 2005) são o que constitui uma democracia genuína, que é um espaço onde o não nomeado, o incontável e, conseqüentemente, não simbolizado, são nomeados e contados. A mudança climática não tem nome político ou significante positivamente incorporado; não chama um sujeito político ou, melhor, não há sujeito político inaugurando o seu nome. Em contraste com outros significantes que sinalizam um conteúdo positivamente incorporado em relação ao futuro (como socialismo, comunismo, liberalismo), um mundo futuro ecologicamente e climatologicamente diferente só é capturado em sua negatividade; uma negatividade pura sem promessas de redenção, sem uma imposição positiva que “transcende”/sublima a negatividade e sem o devido sujeito. No entanto, o olhar sobre o amanhã permite reformular questões sociais, políticas e outras questões prementes do hoje como condições futuras que podem ser reescritas retroativamente como uma questão tecnogerencial. A pobreza, os problemas ecológicos de todos os tipos, serão finalmente resolvidos lidando com o CO<sub>2</sub> hoje. À medida que as demandas (reduzir o CO<sub>2</sub>) são expressas e permanecem particulares, a pós-política impede a universalização como um projeto socioambiental positivo. Em outras palavras, o problema ambiental não propõe uma situação socioambiental positiva e denominada, uma visão incorporada, um desejo que aguarda a realização, uma paixão a ser realizada.

## 6. Conclusão: da ambientalização da política à politização do meio ambiente

Levar a catástrofe ambiental e climática a sério requer explodir o processo infernal de despolitização marcado pelo domínio de significantes vazios como Natureza, e nos instiga a repensar a política novamente. A reivindicação feita acima de abandonar a Natureza de forma alguma sugere ignorar, muito menos esquecer, o Real das naturezas ou, mais precisamente, as relações socioecológicas diversas, múltiplas, caprichosas, contingentes e muitas vezes imprevisíveis das quais fazemos parte. Em vez disso, há uma necessidade urgente de questionar a legitimação de todo tipo de política socioambiental, políticas públicas e intervenções em nome de uma Natureza ou sustentabilidade completamente imaginada e simbolizada, um procedimento que necessariamente bloqueia o devido enquadramento político através do qual tais imaginários são constituídos e hegemonzados, o que deslegitima a cisão constitutiva das pessoas pelo apagamento do encontro que reconhece a diferença radical. A reconceitualização acima nos instiga a aceitar a extraordinária variedade das naturezas, insiste na necessidade de fazer “uma aposta” sobre as naturezas, força a escolher politicamente entre essa ao invés daquela natureza, nos convida a mergulhar no relativamente desconhecido, a esperar o inesperado, a aceitar que nem tudo o que há pode ser conhecido e, o mais importante, a endossar plenamente o momento violento que está inscrito em qualquer intervenção socioambiental concreta.

De fato, o objetivo último da intervenção política é mudar o ordenamento socioambiental instituído de uma certa maneira. Como qualquer intervenção, este é um ato violento, apaga pelo menos em parte o que está lá para erguer algo novo e diferente. Considere, por exemplo, o efeito extraordinário que a erradicação do vírus HIV teria sobre a manutenção dos meios de subsistência (ou devemos preservar/proteger o vírus em nome da biodiversidade?). As intervenções políticas adequadas são compromissos irremediavelmente violentos que reordenam as relações socionaturais e suas engrenagens, tanto distantes quanto próximas; que sempre derrubam o consenso e produzem resultados desiguais. Envolver-se com as naturezas, intervir em ordens socionaturais, é claro, constitui um ato político *por excelência*, que pode ser legitimado apenas em termos políticos, e não – como é habitualmente feito – através de uma legitimação externalizada que reside em uma fantasia da Natureza. Qualquer ato político é aquele que reordena coordenadas e padrões socioecológicos, reconfigura relações socioecológicas desiguais, muitas vezes com consequências imprevisíveis ou imprevisíveis. Tais intervenções sinalizam um momento totalitário, a suspensão temporária do democrático, entendido como a suposta igualdade de todos em um espaço que permite e alimenta o dissenso. A dialética entre o democrático como um dado político e o momento totalitário da intervenção política como a suspensão do democrático precisa ser radicalmente reconhecida. Enquanto a política democrática, fundada em uma presunção de igualdade, insiste na diferença, na discordância, na abertura radical e na exploração de múltiplos futuros

possíveis, a intervenção ambiental concreta necessariamente diz respeito a desfecho, escolha definitiva, uma intervenção singular e, portanto, certa exclusão e silenciamento. O processo político democrático reside, portanto, em duas esferas simultaneamente. Jacques Rancière (RANCIÈRE, 1995; MARCHART, 2007) define essas esferas respectivamente como a “da política” e “da polícia” (políticas públicas). A da política (democrática) é o espaço para a enunciação e afirmação da diferença, para o cultivo de dissenso e discordância, para afirmar a presunção de igualdade de todos e de cada um diante da função desigual da ordem (das) política(s). Qualquer intervenção da política pública, ao tornar-se concretamente geográfica ou ecológica, é necessariamente um ato violento de sequestro da política democrática (pelo menos temporariamente), de tomar uma opção em vez de outra, de produzir um tipo de ambiente, de montar certas relações sionaturais, de priorizar algumas naturezas em vez de outras, de hegemonizar uma cadeia metonímica particular em vez de outra. E a legitimação de tais opções não pode se basear em encurralar a Natureza em função de sua legitimação. A produção de arranjos socioambientais implica questões fundamentalmente políticas, e deve ser abordada e legitimada em termos políticos. Politizar ambientes democraticamente, então, torna-se uma questão de aprimorar o conteúdo político democrático da construção socioambiental por meio da identificação das estratégias através das quais se pode alcançar uma distribuição mais equitativa do poder social e um modo mais igualitário de produção de naturezas. Isso requer reivindicar mais democracia e espaços públicos democráticos adequados (como espaços para a enunciação da disputa que reconhece posições adversárias) como base e condição de possibilidade para arranjos socioecológicas mais igualitários, para a nomeação de futuros socioecológicos *igualibertários* positivamente encarnados que sejam imediatamente realizáveis. Em outras palavras, ecologias igualitárias são sobre exigir o impossível e realizar o improvável, e este é exatamente o desafio que o Antropoceno coloca. Em suma, a politização do meio ambiente baseia-se no reconhecimento da indeterminação da natureza, da divisão constitutiva das pessoas, da exigência democrática incondicional de igualdade política e da possibilidade real de inauguração de diferentes futuros socioecológicos públicos que expressem as presunções democráticas de liberdade e igualdade.

## Referências

- BADIOU, Alain. Live Badiou – Interview with Alain Badiou, Paris, Dec. 2007. *In*: FELTHAM, Oliver (ed.). *Alain Badiou: Live Theory*. London: Continuum, 2008.
- BADIOU, Alain. Politics: A Non-Expressive Dialectics. *In*: ZIZEK, Slavoj; DOUZINAS, Costas (orgs.). *Conference: Is The Politics of Truth still Thinkable?* Birkbeck Institute for the Humanities, Birkbeck College: London, 25-26 Nov. 2005.
- BADIOU, Alain. *The Meaning of Sarkozy*. Verso: London, 2008.

- BAETEN, Guy. “Less than 100 months to save the planet”: the Politics of Environmental Apocalypse. *Conferência Anual do IBG-RGS*. Manchester, 26-28 ago. 2009.
- BECK, Ulrich. Climate for Change, or How to Create a Green Modernity. *Theory, Culture & Society*, v. 27, p. 263, 2010.
- BLÜHDORN, Ingolfur. Billich will Ich - Post-demokratische Wende und Simulative Demokratie. *Forschungsjournal NSB*, v. 19, p. 72-83, 2006.
- BOYKOFF, Maxwell; FRAME, David; RANDALLS, Samuel. Discursive stability meets climate instability: a critical exploration of the concept of ‘climate stabilization’ in contemporary climate policy. *Global Environmental Change*, v. 20, n. 1, p. 53-64, fev. 2010.
- BRAUN, Bruce. Environmental Issues: Global Natures in the Space of Assemblage. *Progress in Human Geography*, v. 30, p. 644-654, 2006.
- BUMPUS, Adam G.; LIVERMAN, Diana. Accumulation by Decarbonization and the Governance of Carbon Offsets. *Economic Geography*, v. 84, p. 127-155, 2008.
- CASTREE, Noel. Environmental Issues: Relational Ontologies and Hybrid Politics. *Progress in Human Geography*, v. 27, p. 203-211, abr. 2003.
- CHAKRABARTY, Dipesh. The Climate of History: Four Theses. *Critical Enquiry*, v. 35, p. 197-222, 2009.
- CONLEY, Verena. *Ecopolitics: The Environment in Poststructural Thought*. London: Routledge, 1996.
- CROUCH, Colin. *Post-Democracy*. Cambridge: Polity Press, 2004.
- CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene F. The ‘Anthropocene’. *Global Change Newsletter*, v. 41, p. 17-18, 2000.
- DAVIS, Mike. *Ecology of Fear - Los Angeles and the Imagination of Disaster*. New York: Vintage Books, 1999.
- DEAN, Mitchell. *Governmentality - Power and Rule in Modern Society*. Londres: Sage, 1999.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *O que é filosofia?* Nova York: Columbia University Press, 1994.
- DIKEN, Bülent; LAUSTSEN, Carsten. *7/11, 9/11, and Post-Politics*. Department of Sociology, Lancaster University: Lancaster, 2004.
- GIDDENS, Anthony. *The Politics of Climate Change*. Cambridge: Polity Press, 2009.
- GIDDENS, Anthony. *Modernity and Self-identity - Self and Society in the late Modern Age*. Stanford: Stanford University Press, 1991.
- GOULD, Stephen Jay. *The Panda’s Thumb*. New York: W.W. Norton, 1980.
- HARVEY, David. *Justice, Nature, and the Geography of Difference*. Oxford Blackwell, 1996.
- HERZOGENRATH, Bernd (ed.). *An (In)Likely Alliance: Thinking Environment(s) with*

- Deleuze / Guattari*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2008.
- HULME, Mike. Cosmopolitan Cimates: Hybridity, Foresight, and Meaning. *Theory, Culture & Society*, n. 27, 2010.
- HULME, Mike. Geographical Work at the Boundaries of Climate Change. *Transactions of the Institute of British Geographers*, n. 33, p. 5-11, 2008.
- JANKOVIC, Vladimir. *Reading the Skies: A Cultural History of English Weather*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.
- JÖRKE, Dirk. Auf dem Weg zur Postdemokratie. *Leviathan*, v. 33, p. 482-491, 2005.
- KATZ, Cindi. Under the Falling Sky: Apocalyptic Environmentalism and the Production of Nature. In: CALLARI, Antonio; CULLENBERG, Stephen; BIEWENER, Carole (eds.) *Marxism in the Postmodern Age*. New York: The Guilford Press, 1995. p. 276-282.
- LACAN, Jacques. *Écrits*. London: Tavistock/Routledge, 1997.
- LACAN, Jacques. *The Seminar of Jacques Lacan Book III. The Psychoses 1955-1956*. New York: WW Norton, 1993.
- LATOUR, Bruno. "It's development, stupid!" or: How to Modernize Modernization. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/articles/article/107-NORDHAUS&SHELLENBERGER.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2010.
- LATOUR, Bruno. *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- LATOUR, Bruno. *We Have Never Been Modern*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1993.
- LEMKE, Thomas. 'The Birth of Bio-Politics' – Michel Foucault's Lectures at the College de France on Neo-Liberal Governmentality. *Economy & Society*, v. 30, p. 190-207, 1999.
- LEVINS, Richard.; LEWONTIN, Richard. *The Dialectical Biologist*. Cambridge, MA.: Harvard University Press, 1985.
- LEWONTIN, Richard; LEVINS, Richard. *Biology under the Influence: Dialectical Essays on Ecology, Agriculture, and Health*. New York, NY: Monthly Review Press, 2007.
- LIVERMAN, Diana M. Conventions of climate change: constructions of danger and the dispossession of the atmosphere. *Journal of Historical Geography*, v. 35, p. 279- 296, 2009.
- LOHMANN, Larry. Uncertainty Markets and Carbon Markets: Variations on Polanyian Themes. *New Political Economy*, n. 15, p. 225-254, 2010.
- LOVELOCK, James. The Fight to Get Aboard Lifeboat UK. *The Sunday Times*, 8 Nov. 2009. Disponível em: <http://www.timesonline.co.uk/tol/news/environment/ article5682887.ece>. Acesso em 3 ago. 2010.
- MARCHART, Oliver. *Post-Foundational Political Thought: Political Difference in Nancy*,

- Lefort, Badiou and Laclau. Edinburgh: University Press, 2007
- MARX, Karl. *Capital: Critique of Political Economy* v. 1. London: Penguin Classics, 2004.
- MCKIBBEN, Bill. *The End of Nature*. Londres: Random House, 1989.
- MERCHANT, Carolyn. *The Death of Nature: Women, Ecology, and the Scientific Revolution*. Nova York: Harper Collins, 1980.
- MORTON, Timothy. *Ecology without Nature*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2007.
- MOUFFE, Chantal. *On The Political*. London: Routledge, 2005.
- NORGAARD, Richard B. *Development Betrayed: the End of Progress and a Coevolutionary Revisioning of the Future*. London: Routledge, 1994.
- PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. *Order out of Chaos: Man's New Dialogue with Nature*. Londres: Harper Collins, 1985.
- RANCIÈRE, Jacques. *Disagreement*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.
- RANCIÈRE, Jacques. *La Méésentente - Politique et Philosophie*. Paris: Editions Galilée, 1995.
- RANCIÈRE, Jacques. Ten Theses on Politics. *Theory & Event*, n. 5, §32.
- ROYAL SOCIETY. *Geoengineering the Climate: Science, Governance and Uncertainty*. Londres: The Royal Society, 2009.
- SMITH, Neil. Afterword to the Third Edition. In: SMITH, Neil. *Uneven Development*. Athens, Georgia: Georgia University Press, 2008.
- SMITH, Neil. *Uneven Development*. Oxford: Blackwell, 1984.
- SPEECH of HRH Prince Charles, March 2009. Disponível em: [http://www.princeofwales.gov.uk/newsandgallery/news/hrh\\_warns\\_of\\_the\\_urgent\\_need\\_to\\_protect\\_the\\_environment\\_at\\_a\\_1876977673.html](http://www.princeofwales.gov.uk/newsandgallery/news/hrh_warns_of_the_urgent_need_to_protect_the_environment_at_a_1876977673.html). Acesso em: 5 ago. 2010.
- STAVRAKAKIS, Yannis. On the Emergence of Green Ideology: The Dislocation factor in Green Politics. In: HOWARTH, David; NORVAL, Aletta J.; STAVRAKAKIS Yannis (eds.). *Discourse Theory and Political Analysis: Identities, Hegemonies and Social Change*. Manchester: Manchester University Press, 2000. p. 100-118.
- STAVRAKAKIS, Yannis. Green Fantasy and the Real of Nature: Elements of a Lacanian Critique of Green Ideological Discourse. *Journal for the Psychoanalysis of Culture & Society*, n. 2, p. 123-132, 1997.
- SWYNGEDOUW, Erik. Whose environment? The end of nature, climate change and the process of post-politicization. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. XIV, n. 2, p. 69-87, jul.-dez. 2011.
- SWYNGEDOUW, Erik. Circulations and Metabolisms: (Hybrid) Natures and (Cyborg) Cities. *Science as Culture*, v. 15, p. 105-121, 2006.



- SWYNGEDOUW, Erik. Impossible/Undesirable Sustainability and the Post-Political Condition. In: KRUEGER, Rob J.; GIBBS, David (eds.) *The Sustainable Development Paradox*. New York: Guilford, 2007. p. 13-40.
- SWYNGEDOUW, Erik. The Antinomies of the Post-Political City. In Search of a Democratic Politics of Environmental Production. In: SWYNGEDOUW, Erik. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 33, p. 601-620, 2009.
- SWYNGEDOUW, Erik. Governance Innovation and the Citizen: The Janus Face of Governance-beyond-the-state. *Urban Studies*, v. 42, p. 1-16, 2005.
- SZERSZYNSKI, Bronislaw. Reading and Writing the Weather: Climate Technics and the Moment of Responsibility. *Theory, Culture & Society*, n. 27, p. 9-30, 2010.
- WAPNER, Paul. *Living Through the End of Nature - The Future of American Environmentalism*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2010.
- WYNNE, Brian. Strange Weather, Again: Climate Science as Political Art. In: *Theory, Culture & Society*, v. 27, p. 289-305, 2010.
- ZIZEK, Slavoj. Against Human Rights. *New Left Review*, v. 34, p. 117, 2005.
- ZIZEK, Slavoj. Against the Populist Temptation. *Critical Inquiry*, v. 32, p. 555, 2006.
- ZIZEK, Slavoj. Carl Schmitt in the Age of Post-Politics. In: MOUFFE, Chantal. (ed.) *The Challenge of Carl Schmitt*. London: Verso, 1999.
- ZIZEK, Slavoj. *In Defense of Lost Causes*. London: Verso, 2008.
- ZIZEK, Slavoj. [1992]. *Looking Awry: An Introduction to Jacques Lacan Through Popular Culture*. Cambridge, Mass.: M.I.T. Press, 2002.
- ZIZEK, Slavoj. Nature and its Discontents. *SubStance*, v. 37, p. 53-54, 2008.
- ZIZEK, Slavoj. *Plague of Fantasies*. New York: Verso, 1997.
- ZIZEK, Slavoj. *Revolution at the Gates – Zizek on Lenin: The 1917 Writings*. London: Verso, 2002.
- ZIZEK, Slavoj. *The Fragile Absolute*. London: Verso, 2000.
- ZIZEK, Slavoj. The Lesson of Rancière. In: RANCIÈRE, Jacques (ed). *The Politics of Aesthetics*. London: Continuum, 2006. p. 69-79.
- ZIZEK, Slavoj. *The Ticklish Subject – The Absent Centre of Political Ontology*. London: Verso, 1999.
- ZIZEK, Slavoj. *The Sublime Object of Ideology*. Londres: Verso, 1989.